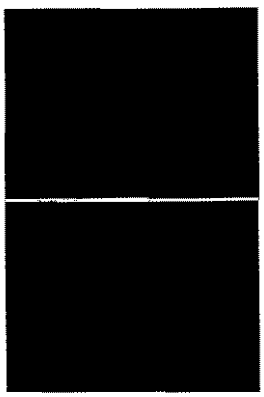
pam funções dinâmicas importantes nas organizações; ou o conceito de aparelho psíquico grupal de R. Kaëz, mostrando aspectos inconscientes que estão investidos na instituição e que podem produzir patologias institucionais. O texto é útil também como uma revisão de outros autores, como Freud, Bion e Jacques, também clássicos, no que se refere à psicodinâmica da constituição de grupos e que são revisitados pelos autores do livro.



THE CULTURE OF CONTENTMENT

de **JOHN KENNETH GALBRAITH**
Boston: Houghton Mifflin Company, 1992.

por **Carlos Osmar Bertero**, Professor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da EAESP/FGV.

Há já mais de dez anos um tópico freqüente em conversas e discussões é o "declínio" dos Estados Unidos. Em tais colocações, o foco da "decadência seria sempre econômico, ilustrado pela perda de competitividade da economia daquele país. Simultaneamente nós temos a ascensão de países com economias mais eficientes e que se vêm mostrando mais competentes exatamente no jogo que os americanos há muito jogam e que recomendam como prova de virtude econômica e tecnológica, a saber, a competitividade.

Embora não negando a existência de uma base econômica nas dificuldades dos EUA, o professor J. K. Galbraith acredita que o centro dos problemas do país situa-se no desenvolvimento que chegou à consolidação de uma cultura de satisfação ou do contentamento. Isto significa uma aceitação por parte da sociedade dos benefícios do enriquecimento ou da afluência, para usar uma palavra conhecida no vocabulário de Galbraith. Todavia o drama e a dificuldade dos EUA é a satisfação obtida pela afluência e mantida por uma cultura do contentamento não é de poucos nem de todos, mas de muitos. A afluência e o tipo de sociedade que se desenvolveu naquele país nas últimas décadas estenderam os benefícios de um padrão de vida de invejável Primeiro Mundo a muitos, mas houve simultaneamente o desenvolvimento de uma "subclasse" (*underclass*) formada por uma quantidade de pobres absolutamente inaceitável numa nação que, a despeito de um eventual declínio, ainda é a maior economia do mundo e que exibe, senão em todos, pelo menos na maioria dos setores e ramos índices de produtividade e de avanço tecnológico que a mantém na vanguarda.

É na cultura do contentamento que ocorrem a concentração da renda, a decadência da escola pública, um estado permanente deficitário e que hoje acumula a maior dívida pública da história do país, precários serviços de saúde, limitados serviços previdenciários, deterioração da infra-estrutura rodoviária e ferroviária. Na cultura do contentamento também prolifera uma política externa que se compraz no narcisismo do reconhecimento de que a guerra fria terminou com a derrota do comunismo, o fim da própria União Soviética e com a feliz confirmação de que os EUA, suas instituições políticas e seu *way of life* são a única alternativa à humanidade. Os militares não foram eliminados, apesar do proclamado término da bipolarização mundial, mas o *establishment* militar prossegue vigoroso e no essencial intocado. Durante a década de 80, quando cortes imensos ocorriam em programas científicos e tecnológicos, em diversos programas previdenciários, o orçamento militar não só se manteve mas recebeu acréscimos, tanto sob Ronald Regan, como por intermédio de George Bush no Oriente Médio contra o Iraque.

Se a cultura do contentamento traz muitas satisfações e um sentimento renovado de autoconfiança, por outro lado ela bloqueia a visão e a percepção de todos os aspectos problemáticos da sociedade norte-americana, se por nada, pelo menos para que se possa manter imperturbado o contentamento. Afinal, quem são os contentes e satisfeitos? São muitos, o suficiente para dificultar qualquer mudança. São os que votam, num país onde o voto é facultativo. Isto equivale a 50% do eleitorado nas eleições ocorridas nos anos 80. Se considerarmos o bipartidarismo norte-americano, constatamos que Reagan foi eleito e reeleito por pouco mais de 50% dos eleitores. Como apenas 50% do colégio eleitoral compareceu às urnas, temos que Reagan em ambas as eleições não foi eleito por mais de 30% do eleitorado americano. Estes são inegavelmente parte dos contentes e satisfeitos.

Integram ainda esta substancial parcela contente a classe alta e a classe média norte-americana. Toda esta gente hoje equivale a cerca de 60% da população na melhor das hipóteses. Restam 40% que formam a "subclasse" mencionada por Galbraith. São os negros, hispânicos, integrantes de várias partes da América Central e do Sul, parte da África e até mesmo de alguns países da Ásia. Parcela importante da subclasse é formada por antigos integrantes da classe média que, por força das mudanças em tecnologia e no perfil de qualificações de mão-de-obra, terminaram por experimentar um descenso sócio-econômico.

Há pouca vontade, por parte dos que estão contentes, em lidar com a situação nacional para reintegrar à socie-

dade da afluência a subclasse dos descontentes. A partir daqui o liberal Galbraith, que nos EUA não tem o mesmo significado que atribuímos ao termo em nosso país, se manifesta nitidamente. Se o diagnóstico pode ser partilhado por americanos não liberais ou conservadores, o mesmo não ocorrerá com as soluções propostas, por Galbraith. Um liberal dos EUA está muito próximo de um social democrata europeu. E é nas propostas de solução que Galbraith deixa claro que seu livro é um amargo e entristecido momento de reflexão sobre um país com o qual não está definitivamente contente e satisfeito, e também uma crítica ao conservadorismo republicano da era Reagan-Bush, e um texto de militante do Partido Democrata.

Evidentemente, suas sugestões não surpreendem pela novidade. São tradicionais e conhecidas terapias liberais ou social democratas. Clama-se pela revisão do papel do Estado, em sentido oposto ao "estado mínimo" dos anos Reagan-Bush. O Estado é chamado de volta para equacionar os problemas da sociedade do contentamento e para eliminação da subclasse. O revigoramento do Estado passa pela reforma fiscal, como forma de eliminação do déficit público, e também pelo aumento de atividade e produtividade do Estado. O equilíbrio das contas públicas não se obteria apenas com corte nas despesas, que inevitavelmente aumentarão para que o Estado possa voltar a cumprir diversos objetivos. O que se propõe é aumento de impostos, que recairão necessariamente sobre os satisfeitos, e dentre estes preferivelmente sobre os satisfeitíssimos que auferem rendas mais elevadas. Com a reforma fiscal e um Estado reaparelhado propõe-se a recuperação da capacidade de investir, especialmente na deteriorada infra-estrutura do país. Estima-se que apenas de reparo em rodovias federais seriam necessários 320 bilhões de dólares. Além disso, seria através do renascimento do *Welfare State* (estado de bem-estar social) que se cuidaria da *underclass*, e especialmente atacando focos urbanos de pobreza, investindo maciçamente em retreinamento de mão-de-obra. Claramente o grande risco à Cultura do Contentamento se origina entre os que são deixados de fora, ou seja, a subclasse. As conseqüências, sob a forma de potenciais explosivos já são evidentes. O que Galbraith aponta é a possibilidade concreta de um país de Primeiro Mundo voltar a abrigar o dualismo de ricos e miseráveis cuja eliminação é o cartão de entrada de uma sociedade neste mesmo Primeiro Mundo. Evidentemente o contentamento não é um fenômeno exclusivamente estadunidense. Ele floresceu na Grã-Bretanha Tory de Margareth Tatcher e não terminou ainda sob a liderança de John Major. A Comunidade Européia com suas manifestações nazistas e xenofóbicas e seu particular asco pelos pobres de todos os continentes, a começar pelos do próprio Leste Europeu, pode já ser clara manifestação de uma cultura do contentamento. Nós no Terceiro Mundo a conhecemos como fenômeno alienado da minoria rica.

O livro de J. K. Galbraith é oportuno. O diagnóstico embora amargo e sombrio é um apelo à realidade. Suas soluções não são necessariamente novas, nem asseguram inevitável eficácia. Outros exemplos, inclusive nos próprios Estados Unidos, demonstraram a fragilidade dos remédios liberais de lá, social democratas de outros lugares. É um ensaio interessante, escrito por um autor que milita consistentemente por suas idéias há mais de meio século e que analisa as dificuldades ou a crise dos EUA, sob um novo aspecto.

ÉTICA NAS EMPRESAS: BOAS INTENÇÕES À PARTE



de **LAURA L. NASH**
São Paulo: Makron Books, 1993.

por **Maria Cecília Coutinho de Arruda**, Professora do Departamento de Mercadologia e Coordenadora do CENE da EAESP/FGV.

Conhecemos pessoalmente Laura Nash em novembro de 1992, quando veio ao Brasil lançar esta edição em português de *Business Ethics: good intentions aside*. Participamos de um seminário internacional sobre Ética Empresarial, e nessa ocasião conseguimos que aceitasse visitar a EAESP/FGV, ainda que por poucas horas.

Reunidos com ela uns poucos professores e alunos de Graduação e de Pós-Graduação, tivemos oportunidade de conhecer melhor sua personalidade, e entender o que para ela constituía o núcleo do seu pensamento, em grande parte registrado no livro. Bem-humorada e séria ao mesmo tempo, fazia-nos sorrir ao mesmo tempo em que conversávamos sobre suas maiores preocupações atuais: a ética na transição "capitalismo x socialismo", no Leste Europeu. Escreveu umas palavras como dedicatória em dois exemplares do seu livro para a Biblioteca Karl A. Boedecker (inglês e português), selando sua visita.

Era agradável e animador ver uma pessoa ainda jovem, cheia de vitalidade, já ter contribuído tanto para a ética empresarial. Contou-nos como se tornou uma das pioneiras desse tópico "por acaso". Recém-formada em Humanidades, resolveu fazer sua Pós-Graduação na